

Leitura e memória

Onici Claro Flôres¹
Rosane Maria Cardoso²

Resumo: Este ensaio discute a importância da(s) memória(s) para o aprendizado da leitura e descrição do seu processamento. Integram-no uma revisão dos estudos sobre memória individual, seguida de menção às pesquisas sobre o cérebro humano (neurociências). Após, propõe-se inter-relacionar as pesquisas da memória individual e a memória social, além de se mobilizar o conceito de memória discursiva (AD) para discutir interpretação/compreensão leitora. Por fim, reporta-se ao conceito de memórias implícitas, sobretudo, ao de falsas memórias, relacionando-o a um aspecto da atividade leitora - a distorção do tema - estabelecendo dessa forma um vínculo pontual entre pesquisas sobre memória e pesquisas sobre leitura.

Palavras-chave: Leitura; memória(s); falsas memórias; distorções do tema.

Abstract: This essay discusses the importance of memory (ies) in reading learning and for the description of its processing. It consists of a summary of the studies on individual memory and some classifications, as well as a special reference to the contribution of the researches on human brain (neuroscience). In view of the present essay, it is essential to relate the researches of individual memory to those of social and discursive memory, in order to discuss some questions regarding to reading comprehension/interpretation. Finally, the essay refers to the concept of implicit memories, especially to the false memories, relating it to a particular aspect of the reading activity - subject distortion - establishing thus a punctual link between researches on memory and researches on reading.

Keywords: Reading; memory(ies); false memories; distortions of the subject.

Resumen: Este ensayo discute la importancia de la(s) memoria (s) para el aprendizaje de la lectura y descripción de su procesamiento. Está integrado por un breve resumen de estudios sobre memoria individual y algunas de sus clasificaciones, seguido de mención especial de las investigaciones sobre el cerebro humano (neurociencias). Tras esto, se propone interrelacionar las pesquisas sobre la memoria individual y la memoria social, además de movilizar el concepto de memoria discursiva (AD) para discutir interpretación/compresión lectora. A final, el ensayo reportase al concepto de memorias implícitas, sobre todo al de a las falsas memorias, relacionándolo a un aspecto de la actividad lectora - la distorsión del tema - estableciendo un vínculo puntual entre las pesquisas sobre la memoria y pesquisas sobre la lectura.

Palabras-clave: Lectura; Memoria(s); Falsas memorias; Distorsión del tema.

¹ Departamento de Letras e do Programa de Mestrado em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

² Departamento de Letras e do Programa de Mestrado em Leitura e Cognição da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) / Centro Universitário UNIVATES.

Introdução

Hoje se sabe que o estudo da memória tanto é importante para as Ciências Humanas – História, Linguística e Teoria da Literatura, quanto para as Neurociências. Couto (2008) destaca esse reconhecimento considerando-o uma decorrência do momento histórico em que se vive, pois nem sempre foi assim. A autora menciona, de início, as Ciências Humanas, em especial, a História. Em seguida, entretanto, elenca as várias áreas das Neurociências envolvidas nessas investigações, o que dá uma dimensão mais aproximada da relevância desses estudos para a área médica: 1) disciplinas e linhas de pesquisa básicas: anatomia, fisiologia, bioquímica, biofísica, histologia, imunologia e biologia molecular; 2) disciplinas e áreas de pesquisa aplicadas: neurologia, psicologia e psiquiatria; e 3) disciplinas e áreas de pesquisa teóricas: inteligência artificial, filosofia.

Segundo a autora, as disciplinas e áreas citadas nessa relação analisam e discutem a relação entre cérebro e mente, ou seja, pesquisam a respeito do funcionamento cerebral/mental ou lançam hipóteses a respeito desse funcionamento - interesse que reúne campos distintos e interdependentes. No que tange à Psicolinguística, área interdisciplinar que conecta estudos de psicologia e de linguística e que enfoca dentre outras coisas o processamento da leitura, não há como ignorar a relação entre leitura e memória, porque considerar o que acontece no cérebro/mente do leitor no momento em que inicia a ler exige investigar a atividade cerebral/ mental desencadeada a partir daí. Há que pensar, então, no gerenciamento do processo através da memória de trabalho.

Por outro lado, há que ter ciência de que, em Psicologia Cognitiva, os estudos sobre a memória se multiplicaram nos últimos 25 anos, de acordo com Teles da Silveira (2007) que complementa sua observação, afirmando ter havido mais investigações sobre as funções mnemônicas humanas nesse período do que em todo o período histórico precedente. Alguém mais desavisado talvez atribuisse esse incrível crescimento às neurociências, dado o avanço teórico-metodológico da área, que determinou, inclusive, maior receptividade às pesquisas envolvendo cérebros humanos intactos, pois, afinal, tais investigações deixaram de representar uma ameaça.

Não parece ser esse o caso. O aumento de interesse é geral e, ao que tudo indica, tem raízes sociais profundas. Na perspectiva de Jelin (2012), o momento histórico atual caracteriza-se pela tendência a colecionar. Essa tendência acabou gerando um acúmulo enorme de informações. Mas, se existe muita informação disponível, em contrapartida acentua-se a dificuldade de dar conta de todo o manancial informativo existente, entendendo-o e sistematizando-o. A autora prossegue, dizendo que hoje se registra e se arquiva tudo, desde fotografias de família até documentos oficiais dos mais variados tipos. Não se trata de uma propensão restrita a determinadas esferas da vida social ou a grupos específicos. Toda a vida social contemporânea participa desse movimento; público e privado eliminaram fronteiras e demonstram a mesma propensão. Tudo se presta a ser registrado com fotos, filmes e outras formas de capturar o instante que passa. Cresce e se multiplica o arquivo global – a Internet – que disponibiliza entrevistas, filmes, fotografias, gravuras, desenhos, caricaturas ou textos escritos mundo afora, em questão de instantes. Ou seja, a memória humana além de ter se estendido para além do cérebro – como já ocorrera com a criação da escrita e da imprensa – dispõe agora

de um número muito maior de artefatos de armazenamento que permitem mobilizar o conhecimento disponível, muito mais rápida e eficientemente, através dos recursos da memória artificial.

Por que a memória é importante para a leitura?

A memória é indispensável para a leitura, sendo, então, de importância indiscutível. Em primeiro lugar, porque se relaciona ao próprio processamento da leitura, executado pela memória de trabalho - através do retentor episódico (*episodic buffer*)- que interliga a atividade de leitura *on line* à memória de longo prazo do leitor, ativando-a. A ocorrência dessa ativação evidencia que para ler com entendimento é preciso inter-relacionar informações novas (texto em leitura) com informações preexistentes no cérebro do leitor (conhecimento enciclopédico), e para tanto a memória de LT (longo prazo) é crucial. Por fim, para que o leitor demonstre que leu com compreensão, um dos testes mais utilizados é o da produção de paráfrases - atividade através da qual a memória é requisitada para o relato - pois se o leitor em questão tiver entendido o que leu, poderá repetir o que o texto diz com suas próprias palavras, rememorando-o.

Em leitura, além do mais, o gesto de aproximação é do leitor. Ele é quem decide ler, ou não, tomando a iniciativa; em primeiro lugar, ao dispor-se a aprender a ler. Depois, decidindo se vai ler naquele dado momento. Em vista disso, inicia-se esta busca de diálogo teórico entre estudos de leitura e estudos da(s) memória(s) através de uma definição de memória, enquanto capacidade biológica individual. Sternberg (2000:

204) define a memória como "o meio pelo qual você recorre às suas experiências passadas a fim de usar essas informações no presente; refere-se a um processo de mecanismos dinâmicos associados à retenção e recuperação da informação".

A definição acima dá uma ideia aproximada da importância da memória na vida das pessoas. Talvez essa importância possa ser avaliada um tanto ligeira e abstratamente pelo leigo, porém há que considerar que sem memória, na realidade, perde-se a identidade e a orientação no mundo. Enfim, sem a memória a pessoa se perde de si mesma. Contudo, em que pese a sua reconhecida importância, a memória pode falhar e causar muitas dificuldades. Às vezes, um fato é distorcido; outras, esquecido; existem ainda aquelas lembranças que não se extinguem apesar de todos os esforços e que, além da persistência, tendem a produzir fabulações do ocorrido, dramatizando ou transformando em narrativa o vivido ou sentido. Assim, o estudo de embaraços e transtornos decorrentes de problemas ou erros da memória é relevante em muitas situações, sendo que o fenômeno das Falsas Memórias é um exemplo desta classe de erros que se vai abordar mais adiante, no presente ensaio.

O interesse pela memória, no entanto, manifesta-se não apenas na área científica, mas em todos os setores da vida contemporânea. Eclodiu socialmente uma espécie de culto ao momento que, de modo contraditório, busca perdurar através de registros (recordações). As pessoas, hoje, apreciam expor detalhes mínimos de sua vida e fixá-los em qualquer tipo de suporte virtual ou impresso. Essa obsessão pela retenção do que aconteceu, diz Jelin (2012), parece ser uma reação à transitoriedade e à mudança rápida e ininterrupta das coisas que cercam os indivíduos no seu viver diário. Contudo, também é verdadeiro que

este registro, muitas vezes, não passa de puro armazenamento, nem sempre se prestando à revisitação. A profusão de fotos, por exemplo, vale muito mais como forma de registrar, postar, trocar informações do que como contemplação nostálgica. É uma memória do efêmero.

Nesse cenário, a memória parece desempenhar, segundo a autora, o papel de mecanismo cultural de fortalecimento dos laços entre grupos e comunidades afins, pois “[...] el pasado deja [...] huellas, en las ruinas y marcas materiales, en las huellas “mnésicas” del sistema neurológico humano, en la dinámica psíquica de las personas, en el mundo simbólico” (JELIN, 2012: 63).

Em suma, o atual empenho, tanto em explicar quanto em salvar da extinção as marcas do vivido, manifesta-se, cientificamente, na busca de melhor entendimento do modo humano de adquirir, formar, consolidar e conservar informações, e, na vida social, de maneira mais ampla, na tentativa de preservação de pistas ‘do que aconteceu’. É preciso reunir todos os comprovantes – pessoais ou públicos - para lembrar, para (re)constituir a identidade, ao mesmo tempo estreitando laços com as comunidades a que o indivíduo se sente ligado, ou as quais pretenda se vincular emocionalmente.

O comentário de Jelin introduz na discussão sobre o tema um aspecto específico – o caráter social da memória. De fato, ninguém utiliza sua memória em condições de isolamento social absoluto. Por isso mesmo, as medidas de desempenho das funções mnemônicas usualmente utilizadas para fornecer parâmetros gerais sobre essa capacidade, afirma Teles da Silveira (2007), não garantem que a memória humana funcione do mesmo modo no ambiente natural. Dizendo de outro modo, a validade ecológica dos experimentos psicológicos é

limitada, porque tais estudos têm caráter estritamente biológico e individual, sendo realizados fora do ambiente em que as pessoas vivem. É preciso perguntar-se, então, sobre a conveniência de isolar ‘a memória’ como objeto de investigação, confinando seu estudo a laboratórios. Esse procedimento, na verdade, expõe a distância existente entre os experimentos usados em psicologia e a experiência social efetiva.

Por outro lado, tanto em pesquisas como nas áreas aplicadas, coexistem em circulação diferentes classificações da memória, cada uma delas obedecendo a critérios diversos, não havendo uma abordagem sistêmica que englobe as várias taxionomias, articulando-as, o que permitiria uma visão geral do tema. Na verdade, os pesquisadores fundamentam e dão sustentação empírica a suas próprias propostas de classificação; os sistematizadores organizam, historicamente, as abordagens existentes e os clínicos formulam suas sínteses particulares. Tudo isso aliado ao fato de que a(s) memória(s) não se localiza(m) num só lugar do cérebro; todos os tipos estudados e classificados até o momento envolvem circuitos complexos e, como já referido, há uma farta terminologia em circulação. Esse conjunto de fatores faz com que, com frequência, autores diferentes deem nomes distintos para o mesmo tipo de memória.

A isso se acrescenta que os mecanismos neurais da memória não são conhecidos de todo (cf.: ALVARENGA, 2007). O que é aceito de modo irrestrito é que informações transitórias e informações duradouras são armazenadas em distintas áreas corticais, de acordo com a função: memórias motoras no córtex motor, memórias visuais no córtex visual e assim por diante. Das regiões corticais, as memórias podem ser mobilizadas como memória operacional (*working memory*) pelas áreas pré-frontais.

Resumindo, as pesquisas psicológicas enfocam a memória enquanto uma propriedade natural do organismo, abordando-a por meio de estudos empíricos de natureza indutiva. De modo geral, os pesquisadores descrevem-na através de estruturas hipotéticas, propondo classificações, de acordo com o tipo de problema de pesquisa analisado. Muitos estudiosos dedicaram-se e dedicam-se a essas pesquisas. Izquierdo (2002), por exemplo, afirma que a memória compreende a aquisição, a formação, a conservação e a evocação de informações, acrescentando, ainda, que as memórias de cada um determinam a sua forma de ser, isto é, a sua personalidade.

Lent (2004: 590), de sua parte, enumera e detalha aspectos da sequência de processos mnemônicos constitutivos da memória. Como Izquierdo, o autor refere inicialmente o processo de aquisição que “consiste na entrada de um evento qualquer nos sistemas ligados à memória” e define “evento” como todo elemento passível de memorização: um objeto, um som, um acontecimento, um pensamento, uma emoção, um cheiro, certo gosto, ou uma sequência de movimentos. Tudo isso pode ser memorizado.

De acordo com Lent (2004), após a etapa de seleção, em que o indivíduo identifica os aspectos que considera relevantes daquilo que aconteceu (o evento), inicia-se o processo de armazenamento da informação também conhecido como processo de retenção, o qual possibilita que as informações coligidas fiquem disponíveis para serem lembradas. Alguns detalhes, ou até mesmo tudo que foi memorizado pode desaparecer da memória com o passar do tempo: é o esquecimento. Ou seja, o tempo de retenção pode ser afetado pelo esquecimento, além do que esquecimento e retenção dependem do uso dos dados

memorizados. Em decorrência, aquilo que for mais utilizado será lembrado com mais facilidade. Além disso, o processo de consolidação pode sofrer a influência dos sistemas moduladores, em especial, daqueles envolvidos com o processamento emocional.

Enfim, o modo de funcionamento da memória é complexo, por isso analisá-lo não é tarefa trivial. Muitas questões permanecem obscuras. Desse modo, não é surpreendente que alguns aspectos desse funcionamento continuem total ou parcialmente desconhecidos. Dentre os aspectos da memória pouco ou nada investigados, em psicologia cognitiva, além do aspecto social, está o da relação entre a memória e as outras funções da mente humana. As pesquisas sobre leitura, por exemplo, ressentem-se da falta de relação entre estudos de memória e percepção, memória e atenção, etc. e a lacuna existente dificulta o estabelecimento de inter-relações mais fundamentadas entre investigações sobre leitura e investigações sobre memória.

Classificações da memória, segundo a Psicologia Cognitiva

Dentre as várias classificações da memória existentes, optou-se por apresentar sua subdivisão inicial em duas grandes classes, tendo como critério *a origem* do conhecimento memorizado, segundo Alvarenga (2007):

- a) O primeiro tipo referido é o das memórias individuais, que compreendem os acontecimentos ocorridos na vida particular de cada pessoa. Segundo Alvarenga, esse tipo de registro é instável, confuso, desorganizado, uma mistura de ruídos falsos e verdadeiros. As gravações dos fatos e eventos experimentados pelo indivíduo

(suas memórias) não são formadas de modo instantâneo. Cada nova memória é transformada de maneira gradual a partir de um estado inicial lábil (instável), quando a memória a ser registrada ainda é muito vulnerável à interrupção do curso normal do processo. Posteriormente, ocorre a transferência dessa memória para um estado mais permanente, quando se torna resistente à interrupção; só então se consolida.

b) O segundo tipo de memória relacionado pelo autor é o da própria capacidade genética de memorizar, é a memória nascida dos genes; esta é inata, estável, abastecida pelos acontecimentos organizadores de um passado anterior ao indivíduo, bem protegida contra o “ruído” e a informação circulante. Essas duas memórias atuam juntas, sendo que a dos genes possibilita a aquisição das memórias ocorridas após o nascimento.

Como já comentado, há várias outras classificações. Em prosseguimento, apresenta-se a proposta classificatória de Lent (2004), pesquisador brasileiro, que elenca os seguintes tipos e subtipos de memória:

- Quanto ao tempo de duração a memória pode ser: a) *Ultrarrápida*- durando de frações de segundo a alguns segundos, é a memória sensorial; b) de *Curta duração* - cuja duração perdura minutos ou horas, garantindo o sentido de continuidade do presente; c) de *Longa duração*- que dura horas ou anos, garantindo o registro do passado autobiográfico e dos conhecimentos do indivíduo.

- Quanto à natureza a memória pode ser: a) *Explícita ou declarativa*- expressa/descrita por meio de palavras; b) *Episódica* - tem uma

referência temporal; memória de fatos sequenciais; c) *Semântica* - envolve conceitos atemporais; memória cultural; c) *Implícita ou não declarativa*- não pode ser expressa/descrita por meio de palavras; d) *De representação perceptual* - representa imagens sem significado conhecido; memória pré-consciente; e) *De procedimentos* - hábitos, habilidades e regras; f) *Associativa*- relaciona dois ou mais estímulos (condicionamento clássico) ou um estímulo a certa resposta (condicionamento operante); g) *Não associativa*- atenua uma resposta (habituação) ou a aumenta (sensibilização) através da repetição de um mesmo estímulo; h) *Operacional*- permite o raciocínio e o planejamento do comportamento.

Em sua relação dos tipos e subtipos de memória, Lent (2004) destaca a memória operacional – o processador de informações *on line* – que, de acordo com ele, possibilita raciocinar e o planejar. O autor (LENT, 2004: 600) informa, ainda, que as evidências provenientes da neurologia clínica e dos experimentos fisiológicos confirmam que “a memória operacional constitui-se de um componente executivo conhecido como executivo central e de dois componentes adicionais que lhe dão apoio”: um deles é visuoespacial e o outro, fonológico (alça fonológica). A memória operacional tem, segundo diz o autor, a função de armazenar temporariamente informações que serão úteis para o aqui e agora – raciocínio imediato e resolução de problemas emergentes – e, também, para a produção de comportamentos, podendo ser descartada muito rapidamente. Por exemplo, ao ler um cartaz com a divulgação de uma palestra de seu interesse, um aluno de pós-graduação mantém na memória a informação de que necessita de imediato, número de uma sala, por exemplo, dirige-se à sala e esquece.

Àquilo que Lent (2004) chama de memória operacional, outros pesquisadores referem como memória de trabalho, conceito equivalente. Izquierdo (2002) é um deles e destaca que a memória de trabalho não deixa traços e nem produz arquivos. Suas características mais marcantes são a brevidade e a fugacidade, diz ele. Quanto à funcionalidade, a memória de trabalho gerencia a relação do indivíduo com a realidade e determina o contexto em que os diversos fatos, acontecimentos e situações ocorrem, decidindo se uma dada informação deve formar uma nova memória, ou se já consta do arquivo mental do indivíduo.

Mello e Xavier (2005), ao fazerem uma retrospectiva dos estudos realizados até o momento, asseguram haver muitas evidências comprobatórias de que a memória constitui-se de um conjunto de habilidades mediadas por distintos módulos do sistema nervoso; esses módulos relacionam-se, de acordo com os autores citados, com o funcionamento de diferentes circuitos do sistema nervoso, os quais podem, inclusive, associar-se ou dissociar-se, caso a natureza da informação processada ou de seus modos de operação o exijam. O intrigante, porém, segundo esses autores, é que tanto módulos quanto circuitos nervosos funcionam cooperativa e integradamente, o que faz com que o indivíduo tenha a sensação de que a memória é um sistema único.

Há que destacar também que, entre os estudiosos brasileiros citados, Mello e Xavier (2005), atualizaram ao conceito de memória de trabalho, antes mencionado por Lent (2004), referindo um quarto componente adicionado ao modelo: o retentor episódico tal como proposto por Baddeley (2000). A função do *episodic buffer* seria, segundo

Baddeley, a de relacionar a memória de trabalho à memória de longo prazo.

Eysenck e Keane (1994: 153) comentam ainda que uma análise adequada da memória humana deveria envolver tanto a estrutura do sistema como os seus processos. Esses autores destacam haver importantes distinções entre a codificação, o armazenamento e a recuperação de informações, concluindo que “uma avaliação psicofisiológica da atividade do cérebro é inteiramente consistente com o ponto de vista de que o processamento normalmente ocorre em paralelo ao invés de na forma serial”. Contudo, acrescentam que há muitas dúvidas sobre se as complexidades dos processos e das estruturas da memória identificadas pelos psicólogos podem ser captadas pela abordagem conexionista, tendo em vista a ênfase conferida pelo conexionismo, à intensidade de conexão entre as unidades.

Nenhuma das classificações aventadas até o momento foi aceita irrestritamente. A visão tradicional de que os traços de memória conteriam tudo o que se sabe sobre pessoas e objetos foi contestada pelos pesquisadores do PDP (processamento paralelo distribuído). Mais ainda, Eysenck e Keane (1994) elencaram um rol de críticas existentes tanto às abordagens teóricas dos múltiplos armazenadores - por enfatizarem a estrutura da memória -, quanto à teoria dos níveis de processamento (cf.: CRAIK; LOCKHART, 1972), que se voltou à análise da extensão em que o significado é processado, destacando a elaboração e a singularidade do processamento. Ambas as tendências, asseguram Eysenck e Keane (1994), simplificaram demais a questão.

Em suma, ao longo dos anos, os pesquisadores foram introduzindo conceitos, delimitando melhor os existentes, apontando fragilidades e desdobramentos teóricos. A teoria a respeito da memória humana

ganhou em amplitude e profundidade, estabelecendo vínculos entre áreas de estudo antes completamente apartadas. Na revisão aqui apresentada, constatou-se que o modelo mais tradicional de estudo da memória, aquele que a concebeu como uma estrutura envolvendo três tipos de armazenadores: 1) um armazenador sensorial; 2) um armazenador de curto prazo; e 3) um armazenador de longo prazo, foi bastante criticado, sendo alterado em muitos pontos.

Os modelos alternativos e sua contribuição conceitual

Prosseguindo, pois, um dos conceitos introduzidos mais recentemente, foi o de memória de trabalho. Sternberg (2000: 204) afirma que “a memória de trabalho comporta apenas a porção ativada mais recentemente da memória de longo prazo e transfere esses elementos ativados para dentro e para fora da [memória] de curto prazo”. Estudos adicionais incluíram a estrutura de níveis de tratamento dos conteúdos da memória, com base no grau em que os itens são elaborados durante a codificação; surgiu o modelo de sistemas múltiplos de memória, o qual preconizou a distinção entre memória procedimental e declarativa (semântica), além de distinguir memória semântica de episódica.

Como referido no parágrafo anterior, a subdivisão da memória em memória procedimental (procedural) e memória declarativa embasou-se na teoria dos múltiplos sistemas de armazenamento das informações. Assim, dado que coexistem, pelo menos, dois sistemas de armazenamento das informações qualitativamente diferentes, foi

estabelecida uma distinção entre: 1) memória de procedimento (também chamada de memória de processo, não consciente, implícita, de atividade); 2) e memória declarativa (também chamada de consciente ou explícita).

Porém, há que destacar que os pesquisadores, de modo geral, concordam que o uso dos dois sistemas de memória, conjuntamente, é uma regra mais do que uma exceção; os dois se sobrepõem e são mobilizados em conjunto, pois ambas as memórias (procedimental e declarativa) são resgatadas nas experiências de aprendizagem. Na verdade, a repetição constante de uma dada ação pode transformar a memória declarativa (explícita) numa memória de procedimento ou implícita, como se pode comprovar através da experiência de aprender a ler, a dirigir um veículo ou a escrever. Nesses casos, há, inicialmente, o envolvimento de um processo consciente, posteriormente, automatizado (inconsciente). Exemplificando. Para ler, a criança transforma grafemas em fonemas, faz a síntese silábica, em seguida, a da palavra, bem devagar, escandindo os sons linguísticos. Depois, com a experiência, automatiza o processo do decifrado e passa a ler mais fluentemente. O motorista perito, por sua vez, não fica pensando no que fazer. Age automaticamente. Da mesma forma, um professor ou jornalista não fica pensando em cada palavra e no modo de escrevê-la, como o faz uma criança, que busca transformar cada fonema em grafema, para conseguir fazê-lo.

Como visto, no ato leitor também ocorre a gradual automatização da atividade de decifrado de modo que, ao ler com maior rapidez e fluência, a pessoa adivinha algumas palavras, altera outras, enfim lê com compreensão, não superlotando “a memória de curto prazo [e] prestando a mínima atenção [possível] a qualquer detalhe incidental da impressão”.

Na verdade, o leitor “não se preocupa com as letras se encontrar sentido nas palavras” (SMITH, 1999: 42).

Para dar suporte às observações feitas até o momento, exemplificase com um texto que circula na internet a respeito do cérebro humano e a maneira como um leitor fluente lê, apesar do modo como o texto está escrito:

De aorcd com uma pqsieusa de uma uinrvesriddae ignlse,
nao ipomtra a odrem plea qaul as lrteas de uma plravaa etaso,
a úncia csioa iprotmatne é que a piremria e útmlia lrtea etejasm
no lgaur crteo. O rseto pdoe ser uma ttaol csãofnuo que vcoe
pdoe anida ler sem gnderas pobrlmeas. Itso é poqrue nós nao
lmeos cdaa lrtea isladoa, mas a plravaa cmoo um tdoos.
Cosiruo não?

Fixe seus olhos no texto abaixo e deixe que a sua mente leia
correctamente o que está escrito.

3573 P3QU3No 73X7o 53RV3 4P3N45 P4R4 Mo57R4R CoMo 4
No554 C483Ç4 CoN53GU3 F4Z3R Co1545 1MPR3551oN4N735!
R3P4R3 Ni57o: No 1NiC1o 3574V4 4LGo CoMPL1C4Do, M45
N3574 LiNH4 5U4 M3N73 V41 D3C1FR4ND0o o CÓD1Go QU453
4U7oM471C4M3N73, 53M PR3C154R D3 P3N54R MU17o!
PoD3 F1C4R oRGULHo5o, 4 5U4 C4P4C1D4D3 M3R3C3!
P4R48ÉN5! (APEE D. PEDRO IV:s.d.)

O leitor experiente, de início, pode até duvidar de que consiga ler tal texto, pois para fazê-lo não pode apoiar-se na informação visual fornecida, mas o fato é que o consegue.

Nesse sentido, e considerando-se em especial a atividade leitora, é relevante destacar que a memória procedimental não está disponível à percepção consciente, pelo menos, não de forma detalhada. Ela envolve habilidades e associações, em geral, adquiridas e evocadas em um nível inconsciente. Ler da direita para a esquerda, não pular linhas, manter a direção da direita para a esquerda ao fazer a mudança de uma linha para a outra, não fixar demasiadamente palavras desconhecidas (visão túnel) e assim por diante. Todos esses são exemplos de memórias que

pertencem a essa categoria. É difícil, ou mesmo inviável, explicar como se faz tudo isso e, além do mais, não se está consciente de qualquer coisa em particular enquanto se executa essas tarefas. De fato, pensar acerca de tais atividades até atrapalha, podendo mesmo inibir a capacidade de desempenhá-las com tranquilidade e eficiência.

Esse tipo de memória é aprendido gradualmente, sendo armazenado por meio de tentativas várias, associando estímulos, um após o outro, numa sequência determinada. Assim, para ler bem, faz-se necessário estabelecer a relação fonema/ grafema de modo automático, fazer a síntese silábica e da palavra rapidamente, produzir o acento de palavra na sílaba adequada, ler a frase com a entonação requerida etc. Em síntese, a memória procedimental permite o armazenamento de informações acerca de relações entre ações diversas, expressando-se, em geral, na melhoria da atuação do indivíduo, sem que este seja capaz de descrever exatamente o quê e como aprendeu. Portanto, tal aprendizado envolve um sistema de memória que não tem acesso ao conteúdo do conhecimento geral do indivíduo.

Já a memória declarativa diz respeito ao registro e à evocação de informações que estão disponíveis para a consciência e podem, em vista disso, ser expressas em palavras. A memória declarativa registra associações de estímulos simultâneos e possibilita o armazenamento de informações acerca de eventos ocorridos num tempo e lugar particulares. Entretanto, ressalta-se que esse tipo de memória pode ser aprendido e, posteriormente, mobilizado, após uma única experiência (estimulação), como ocorre depois da primeira vez que se lê um livro. Ao falarem a respeito dele, o enredo, o nome das personagens, às vezes até o nome da editora acabam sendo lembrados, rapidamente.

A memória episódica, um dos subtipos da memória declarativa, por sua vez, diz respeito a eventos específicos, permitindo o que Tulving (1972, 1983) refere como uma “viagem no tempo”, ou seja, a memória episódica permite tanto reviver o passado, quanto usar a informação revivida para imaginar o futuro. Esse tipo de memória (TULVING, 1972, 1983) pode bipartir-se em “memória autobiográfica”, experiências pessoais, e “memória semântica”, factual ou conceitual.

A memória semântica versa sobre o conhecimento de mundo, sobre como a sociedade funciona, sobre o que fazer para comprar um livro, ou reservar uma passagem de avião pela internet, dentre outras coisas. Inclui desde o conhecimento do significado das palavras até informações sobre atributos sensoriais, como o tamanho das letras, o peso de um exemplar volumoso da obra de um dado escritor, ou a textura e as ilustrações de um livro muito apreciado por um dado leitor, em sua infância, por exemplo. É inerentemente de natureza geral, embora possa ser adquirida em uma única ocasião.

Quanto à memória autobiográfica, vale mencionar Eco (2005a: 19) que relata a experiência da perda da memória de uma personagem – Yambo – em uma de suas obras. Depois de um desfalecimento, essa personagem, homem de meia-idade, lembra-se de muitas coisas, mas não sabe, se as coisas de que se lembra, ocorreram com ele. “É como se recordasse tudo aquilo que se aprende por ter lido em algum lugar ou ouvido dizer, mas não o que está associado às suas experiências diretas”. Segundo a personagem, “suas lembranças são de papel”.

Prosseguindo, Squire e Kandel (2003) apontam três descobertas como centrais para a compreensão do que seja e de como funcione a memória, a partir da síntese dos estudos entre biologia molecular e

neurociência cognitiva – a biologia molecular da cognição. Primeiro, a memória não é uma faculdade unitária da mente, mas se apresenta de duas formas fundamentais: declarativa e não declarativa. Segundo, cada uma dessas duas formas tem sua própria lógica – lembrança consciente comparada com desempenho inconsciente. Terceiro, cada um dos dois tipos possui seus próprios sistemas neurais. Nessa ótica e segundo esses autores (2003: 231), “estudos moleculares e cognitivos da memória representam apenas a tentativa mais recente, historicamente, de lançar uma ponte entre as ciências, as quais estão tradicionalmente voltadas ao estudo da natureza e do mundo físico, e as humanidades”.

Baddeley, Anderson e Eysenck (2011), de sua parte, destacam que as abordagens psicológicas da memória, tanto a dos estudos experimentais, iniciada por Ebbinghaus, quanto a proposta por Bartlett (representações internas ou esquemas) basearam-se no estudo do desempenho da memória em indivíduos normais, e são utilizadas até hoje. Contudo - Baddeley e colegas salientam - as investigações da neurociência introduziram nas investigações sobre a memória estudos do próprio cérebro. Este passou a ser analisado para averiguar a capacidade humana de aprender e de recordar. Tais pesquisas embasaram-se, de início, no estudo de “pacientes amnésicos e continua [ram] com o desenvolvimento de maneiras cada vez mais sofisticadas de monitoramento da atividade permanente do cérebro saudável” (BADDELEY; ANDERSON; EYSENCK, 2011: 29).

Todavia, apesar dos avanços teórico-metodológicos persiste em aberto a observação inicial deste estudo – o tipo de memória de que falam todos esses pesquisadores é individual, biológica. Como relacionar a memória individual com a memória coletiva, compartilhada por grupos de indivíduos? A revisão teórica feita em psicologia cognitiva e a incursão

aos estudos das neurociências comprovaram que este é o atual estado da arte. A conclusão é que, para os estudos da leitura, faz-se necessário reunir as classificações da memória individual em um conjunto que abarque todos os conceitos já propostos, articulando-os entre si e, além disso, inter-relacionar estudos da memória individual aos da memória social e da memória discursiva.

Memória social

Se a psicologia cognitiva e as neurociências concentram seus estudos na memória individual, filósofos, historiadores e teóricos da literatura estão interessados em temas como os da própria memória e sua relação com a violência, a discriminação, os regimes totalitários, os golpes de estado etc., debruçando-se sobre a memória social, fenômeno crescente na literatura latino-americana contemporânea, com destaques para o Brasil, Colômbia, Cuba, Peru e Argentina, que estabelecem um complexo diálogo entre a história e a memória dos anos de truculência política. Ricoeur (1999) salienta que, apesar das dificuldades, há que discutir a memória coletiva, recordações e relatos relacionados e sua ritualização compartilhada. Segundo ele, isso se faz indispensável porque existe uma relação dialética entre memória e história, como também entre verdade e fidelidade.

Stern (2002), historiador, propõe distinguir memórias soltas, individuais, e aquilo que chama de memórias emblemáticas. Segundo ele, as pessoas possuem, em geral, uma grande variedade de experiências de vida e em suas cabeças uma grande diversidade de memórias mais ou

menos apartadas daquilo que ocorre socialmente. Essas memórias, no entanto, não são importantes para os outros, só para a própria pessoa. O autor formula, então, a seguinte questão: Como ocorre o processo de vinculação entre memória solta e memória emblemática? A pergunta é retórica, pois ele afirma, logo em seguida, que, na verdade, são as pessoas que estabelecem vínculos entre as suas memórias e as memórias coletivas, atribuindo um sentido maior, mais abrangente ao que aconteceu, pois o que aconteceu pode ter atingido a muitas pessoas, a toda uma nação, a todo o mundo e não aconteceu apenas a mim, a ti ou a ela. O que aconteceu teve reflexos sobre grupos humanos maiores de uma, ou de outra maneira. Assim, o vínculo entre memória individual e memória social implica relacionar as experiências e as recordações individuais às experiências e às recordações influentes, coletivas, significativas para a comunidade em que a pessoa vive.

De acordo com Stern, a memória emblemática não é um bloco homogêneo, uma memória única, indivisível, uma coisa concreta, constituída de um só conteúdo. É, sim, uma espécie de *marco*, uma forma de organizar as memórias individuais das pessoas, mais concretas e específicas, e seus sentidos, instaurando o debate entre a memória emblemática e sua contra memória. Isso porque sempre há verso e reverso, ponto e contraponto. Assim, a memória emblemática é antes um marco do que um conteúdo concreto. Esse marco confere um sentido interpretativo e um critério de seleção para as memórias pessoais, já que os conteúdos específicos da memória emblemática têm muitos matizes, não sendo idênticos nem de uma pessoa para a outra - mesmo tendo vivenciado o mesmo acontecimento - nem de um momento histórico para outro. A memória emblemática é heterogênea e passa por etapas históricas distintas.

O autor salienta que, apesar de serem invenções humanas, as memórias emblemáticas, ou influentes, não são invenções aleatórias, sendo inadequado pressupor que se possa inventá-las arbitrariamente apenas para manipular as pessoas, apesar de ser possível tentar fazê-lo. O processo é complexo e multifacetado, uma vez que para ter peso cultural essas memórias precisam encontrar eco na sociedade e na cultura. Em decorrência, elas nascem e adquirem influência através de esforços múltiplos - conflitivos e competitivos - de dar sentido às experiências vividas por um dado grupo, não sendo, pois, nem aleatórias nem arbitrárias.

O autor enumera alguns critérios que, em sua ótica, propiciam a emergência de memórias emblemáticas:

1. *Historicidade*. Elas impactam mais caso se reportem a um momento de ruptura social profunda, um feito percebido como histórico e fundamental para uma ou várias gerações, sendo fundador do que virá a seguir.
2. *Autenticidade*. A memória emblemática convence melhor se conseguir relacionar alusões a experiências concretas, reais das pessoas, assim encontrando eco na sociedade.
3. *Amplitude*. Uma memória emblemática é mais eficaz, quando consegue incorporar várias recordações e conteúdos concretos, conferindo-lhes um sentido partilhado. A amplitude e a flexibilidade dessas memórias ajudam a construir o imaginário coletivo, a partir de uma multiplicidade de experiências concretas, enquanto experiência compartilhada.
4. *Difusão das memórias em espaços públicos ou semipúblicos*. As memórias coletivas potenciais precisam contar com o respaldo de

porta-vozes humanos organizados que as difundam nos meios de comunicação públicos de ampla circulação, em espaços de elaboração cultural e intelectual como as universidades, e também em redes semipúblicas organizadas, como clubes de leitura, assembleias religiosas etc.

5. *Encarnação em um referente social convincente.* Um referente social ao mesmo tempo concreto e simbólico, que passe a encarnar a memória emblemática, levando as pessoas a se identificarem com ela.

Prosseguindo, Stern discute o modo de analisar as memórias coletivas como processo histórico. De acordo com o autor, os nós convocantes das redes de memória são os próprios seres humanos e as circunstâncias sociais que exigem que se construam pontes entre o imaginário pessoal e as memórias soltas de um lado, e o imaginário coletivo e suas memórias emblemáticas, por outro, formando uma rede interconectada. No corpo social, os nós da memória exigem pensar e sentir. Esses nós são multidimensionais, pois as memórias coletivas são construídas através de um processo conflitivo e contraditório. A construção da história social e cultural não é fixa nem rígida, na dimensão temporal. Ela flui entre marchas e contramarchas por isso é flexível, heterogênea.

Esse fenômeno pode ser observado na narrativa peruana, notadamente andina, que tem se voltado para a discussão do passado não mais como um fato construído, mas como um processo apresentado por variadas vozes de sujeitos que vivenciaram os conflitos. Esse movimento se dá concomitantemente ao momento em que o país busca construir uma memória emblemática da guerra entre o estado e o Sendero Luminoso. Enquanto a Comissão da Verdade e da Reconciliação

busca, a partir de um documento oficial, estabelecer a justiça, apaziguando, talvez, o conflito ao dar uma satisfação às famílias dos mortos e torturados, a literatura, em seu viés simbólico, tangencia esta 'verdade', na medida em que traz memórias sentidas por /de vários sujeitos, em suas várias versões. Isso explicaria o caráter policialesco de narrativas contemporâneas que abordam a violência através da memória do povo. O estilo é de busca, de investigação, através do ato de narrar e de leitura das lembranças. Mas que lembranças são essas?

Há que considerar que o social de que se fala não é algo abstrato, um 'nós' amplo, difuso e indistinto. Viver em sociedade implica direitos e deveres, é uma experiência vivenciada em conjunto com os demais membros dessa sociedade. Ao narrar a sua história, ou a história de seu grupo mais próximo, o indivíduo inscreve-se e ao grupo na história mais geral de uma comunidade. Assim, quando uma criança nasce, ela recebe uma certidão, sem o que fica à margem do grupo, e a partir de então passa a integrar quadros sociais cada vez mais amplos – a escola, o clube, os locais de trabalho etc. - o que lhe permite situar as suas lembranças dentro do movimento histórico. Após a certidão de nascimento é necessário providenciar a carteira de identidade (RG), a carteira de habilitação, a carteira de trabalho, a certidão de casamento e muito mais. Tudo isso porque a vida do indivíduo em dada sociedade inclui sua participação em vários ambientes sociais, todos eles normatizados, regulados.

Por outro lado, se viver em sociedade, em qualquer sociedade humana, implica relacionar-se com os demais membros dessa sociedade, na certa, há interesses distintos em jogo, há diferentes posições sociais. Não há como furtar-se a isso.

Vygotsky (1995) discute reiteradamente em seus escritos que as funções mentais humanas são relações sociais internalizadas, por isso mesmo é preciso explicitar a que social se está remetendo, ao falar em social, pois neste caso o conceito não é tido como o de polo oposto ao de indivíduo. Ao mesmo tempo também não se está usando o conceito como um simples adendo, para preencher uma categoria abstrata. Em suma, não se está repetindo que o homem é um ser social por natureza, parafraseando Aristóteles, e ao mesmo tempo considerando-o como uma individualidade fora do tempo e do espaço social de sua vida nessa sociedade. Nada a ver com uma moldura por onde circulam os homens como mônadas, partilhando um espaço/tempo físico, individualmente, não tendo qualquer coisa a ver uns com os outros. A perspectiva que se propõe é a de que o *meio ambiente humano* não é um todo homogêneo e abstrato, mas um meio físico e social determinado – 1º ou 3º Mundo; país quente ou frio, montanhoso ou plano; trabalhador assalariado ou patrão; diretor ou funcionário subalterno de uma empresa; político ou cidadão comum; letrado ou iletrado; homem, mulher ou homossexual; morador de um condomínio fechado ou morador de rua; católico, protestante ou umbandista etc. – no qual o indivíduo se situa já ao nascer, o nicho em que ele se encontra e que faz com que veja e sinta o mundo social em que vive assim, ou assado.

Enfim, é preciso analisar como se formam os vínculos entre os indivíduos e a sociedade na qual esses indivíduos estão inseridos, bem como com as demais sociedades humanas do mesmo período histórico e também dos períodos históricos precedentes. O ponto de vista aqui postulado é o de que o tipo de memória que usualmente se designa como memória psicológica se constitui e se organiza no e pelo discurso; pois o discurso é a linguagem em movimento entre os muitos grupos sociais de

que se constitui a sociedade X ou Y, em 1900 ou em 2013, a partir do lugar social que cada um ocupa nessa sociedade cheia de tensões, conflitos de interesse, conluios, cumplicidades. Essa é a memória que vai se inscrevendo nas palavras, assim como as práticas sociais vão se inscrevendo no discurso.

Quanto à leitura, por outro lado, não há como dispensar a análise dessa dimensão da memória, porque a interpretação/compreensão do indivíduo se relaciona ao seu lugar social, à sua posição social e discursiva. Se ele for um gari vai entender o mundo distintamente do modo de ver e entender de um empresário, de um professor e assim por diante. Em vista disso, para os estudos interdisciplinares e em relação à interpretação/compreensão leitora faz-se necessário articular as dimensões psicológica, coletiva e histórica, e, também, discursiva da memória (SMOLKA, 2000).

Memórias implícitas

Por outro lado, para discutir a questão de leitura que se pretende é preciso aprofundar a discussão de outro problema teórico concernente à memória individual, muito debatido na atualidade. Para introduzi-lo é necessário retomar o fio da história e no seu fluxo comprovar que em psicologia cognitiva, a memória foi estudada durante muito tempo, como estando intimamente vinculada à vontade, à consciência e à atenção focal. Ao longo de todo esse período a que se remete, a análise psicológica da memória envolvia apenas o que era focalizado atenta e conscientemente.

Esse modo de analisar a questão, é claro, embasava-se na inexistência de metodologias de investigação adequadas e também de suporte teórico suficiente para fazer uma abordagem distinta. As evidências empíricas da existência de mais de um sistema de armazenamento e recuperação de informações surgiram apenas a partir de 1960 (modelo dos múltiplos sistemas de armazenamento) através da introdução do *priming*, método de investigação que facilita o processamento de informações por meio de pré-ativação automática. Em vista disso, apenas na atualidade a comunidade científica admitiu haver memórias que não são armazenadas conscientemente. São as chamadas memórias implícitas (não declarativas) que tanto se referem a algo realmente armazenado – por exemplo, andar de bicicleta – quanto ao que não foi armazenado, mas que é reconhecido como tal, caso das falsas memórias.

Contudo, ainda que tardassem a ser reconhecidas e aceitas pela comunidade científica enquanto tais, as memórias implícitas sempre fizeram e continuam fazendo parte da vida diária das pessoas. Hábitos como os de escovar os dentes, comer em determinada hora etc. e habituações - processamentos cognitivos efetuados para que o indivíduo aprenda a ignorar certos estímulos, reconhecendo-os implicitamente, como sem importância - são exemplos de memórias implícitas. Assim, se alguém tiver de ler textos longos, usualmente, num ambiente muito ruidoso, essa pessoa tenderá a se acostumar com o barulho reinante, ignorando-o.

Damásio (2004) inclui, ainda, entre as memórias implícitas os sentimentos que, de acordo com ele, são memórias desse tipo, já que se ancoram em experiências vividas ou imaginadas. Segundo o autor, são os sentimentos que permitem o reconhecimento e a avaliação instantânea

do ambiente, preparando o indivíduo para reagir. Permanecer ou sair de um dado lugar (fuga/luta) depende, fundamentalmente, da ativação dos sentimentos e só após eles, assegura o autor. Nessas circunstâncias, a pessoa sente e depois pensa, e não o contrário. E a pessoa sente porque possui memórias implícitas, as quais são mais prontamente acionadas do que as demais. Possivelmente seja o caso daqueles alunos que dizem não gostar de ler. Por que será que não gostam? Será que uma história contínua de insucessos não os terá marcado em demasia, fazendo com que rejeitem a experiência de antemão?

Além dos hábitos, das habituações e dos sentimentos, Delgado Busnello (2010) detalha os tipos de memórias implícitas, como a seguir: os aprendizados emocionais (valores, crenças), as habilidades motoras e sensoriais (sentir falta de ler antes de dormir, andar de bicicleta, surfar ou identificar a presença de alguém pela voz ou pelo perfume), os condicionamentos (cumprimentar automaticamente as pessoas que se encontra pelo caminho; na sala de espera de consultórios médicos e dentários, de imediato, pegar a primeira revista ou jornal disponível e iniciar a ler) e os estereótipos (“brasileiros não leem” etc.). Esse elenco de possibilidades permite avaliar melhor a importância das memórias implícitas na vida cotidiana.

Em Psicolinguística, considera-se que a aprendizagem e o registro mnemônico da língua materna do indivíduo, bem como o armazenamento da representação grafêmica dos sons em consoantes e vogais ocorram de modo implícito. As pesquisas da área têm focalizado o acesso lexical, isto é, a decodificação de *inputs* linguísticos, tanto na língua falada quanto na escrita. Psicolinguistas, sobretudo, aqueles filiados ao gerativismo entendem que o léxico é um banco de dados da

memória implícita (léxico mental). Segundo esses estudiosos, nesse banco de dados encontram-se arquivados tanto morfemas (menores unidades linguísticas com significado: prefixos, sufixos etc.), quanto palavras (com suas características fonológicas, ortográficas, semânticas e sintáticas).

Do exposto se conclui que o indivíduo humano codifica, armazena e recorda, implicitamente, muitos tipos de informação. O processamento dessas informações, contudo, pode se referir tanto à recordação de informações reais (verdadeiras), quanto à recordação de informações falsas. No último caso, incluem-se as chamadas falsas memórias implícitas. Na perspectiva de Delgado Busnello, a diferença entre falsas memórias e falsas memórias implícitas vincula-se à manipulação da atenção e da consciência, pelos testes psicológicos utilizados, e não ao conteúdo da recordação. Ou seja, nas falsas memórias implícitas a pessoa não tem consciência de estar recuperando memórias anteriores, que parece ser o que acontece com relação à distorção do tema textual.

O que são falsas memórias?

Quando se fala em falsas memórias se está, na verdade, pressupondo que existam memórias verdadeiras. Essa questão traz à baila confrontos entre memórias individuais, os quais acabam afetando o grupo social. Se existe uma falsa memória é porque um dado grupo de pessoas concluiu que o que um indivíduo lembra contradiz aquilo que os demais indivíduos envolvidos na situação lembram. Em tais casos, faz-se indispensável articular memória individual e memória social.

O fenômeno da falsificação da memória passou a gerar maior interesse entre os pesquisadores a partir do início do século XX. Os fundamentos científicos a respeito desse fenômeno provêm de três modelos teóricos (cf. STEIN et. Al, 2010): o paradigma construtivista que vê a memória como um sistema único, subdividindo-se em duas abordagens explicativas: Construtivista e dos Esquemas; a Teoria do Monitoramento da Fonte, que prioriza o julgamento da fonte de informação; e a Teoria do Traço Difuso (TTD) segundo a qual a memória é constituída de dois sistemas independentes de armazenamento e recuperação da informação.

O paradigma construtivista entende a memória como uma construção: cada nova informação é compreendida e reconstruída com base em experiências prévias. Segundo a Teoria Construtivista, propriamente, a informação nova é integrada a informações prévias que o indivíduo possui, podendo essa nova memória distorcer ou sobrepor-se à memória inicial, gerando uma FM (falsa memória). Já a Teoria dos Esquemas explica as falsas memórias como decorrendo do processo de compreensão de uma nova informação, o qual conforma a informação nova a esquemas mentais preexistentes, alterando-a.

Para a Teoria do Monitoramento da Fonte a questão das falsas memórias relaciona-se ao julgamento da diferença entre a fonte verdadeira da memória e outras fontes, internas (pensamentos, imagens e sentimentos) ou externas (outros eventos). Por exemplo, alguém pode afirmar que viu o garoto X roubar o armazém. Ele não roubou, mas a pessoa insiste em acusá-lo. De fato, o que pode ter ocorrido é que essa pessoa tenha visto o garoto e, por considerá-lo um pedinte maltrapilho, tenha relacionado o garoto ao roubo ocorrido no armazém da esquina.

Já para a Teoria do Traço Difuso – TTD (*Fuzzy Trace Theory*) de Reyna e Brainerd (1995, 2011), a memória não é um sistema unitário, sendo constituído por múltiplos sistemas independentes, os quais contêm representações diferentes: literal e de essência. As informações presentes em diferentes sistemas possibilita haver trocas entre as representações. Assim, apesar de usualmente a chamada memória de essência armazenar o significado do fato ocorrido e a memória literal conter em si as lembranças dos detalhes específicos, nem sempre acontece assim. De acordo com a teoria do Traço Difuso, as falsas memórias ocorrem em função da troca de informações acerca do sentido das experiências (memória de essência). No ato de recordar, aspectos específicos e detalhados (memória literal) acabam dando lugar aos aspectos e à representação de essência das lembranças mais gerais e amplas.

Bartlett (1932) foi o pioneiro nos estudos da falsificação de memórias em adultos. Para ele, recordar algo é um processo construtivo, baseado em experiências, expectativas e conhecimentos prévios do indivíduo, bem como em esquemas que já possui mentalmente (STEIN, NEUFELD, 2001; STEIN, PERGHER, 2001). no modo de entender desse autor, os detalhes de uma experiência específica não podem ser totalmente lembrados, mas seus temas gerais ficam gravados na memória por mais tempo. Assim, quando as pessoas tentam recordar, elas são guiadas por temas e esquemas gerais do evento e completam as lacunas já esquecidas com detalhes relativos a esses esquemas (ROEDIGER, MC DERMOTT, 2000).

De acordo com Bartlett, o ato de lembrar um evento envolve deslocar-se mentalmente no tempo e reviver a experiência. Durante a

recuperação, as memórias recobradas, que aparentemente têm detalhes fortes, são consideradas verdadeiras, embora algumas vezes não o sejam.

É importante acrescentar que mesmo o passado da própria pessoa permanece indeterminado até que ela enuncie uma versão para ele, uma história a ser contada e difundida, e com a qual essa pessoa possa se identificar. Em relação à sociedade, afirma Jelin (2012), o passado persiste sendo uma incógnita até que alguém o reviva através de um relato. Então, após a produção da primeira versão desse passado, acontecem confrontos, disputas e por fim a acomodação entre versões possíveis, até que uma dessas versões ganhe proeminência e passe a ser considerada aquilo que realmente aconteceu. Em suma, 'o que aconteceu' é recontado inúmeras vezes, sendo constantemente submetido a um processo de resignificação. 'O que aconteceu' tem várias versões e pode ser alterado, adotando sentidos novos em função do estado de coisas presente.

Essa posição reforça a ideia de reelaboração constante da memória. Reyna e Brainerd (1995) fazem, contudo, uma ressalva. Para esses autores não é correto dizer que as falsas memórias afetam totalmente a memória original do evento, eliminando-a completamente. Essa parece ser, então, a distinção fundamental entre construtivismo e TTD. Para os teóricos da TTD a essência permanece, não sendo substituída pela FM.

Estudos da leitura e estudos da memória

A busca de inter-relação entre estudos linguísticos e estudos da memória fez emergir uma questão interessante para psicolinguistas, sobretudo, para aqueles que se dedicam a pesquisas sobre

interpretação/compreensão leitora (cf.: FLÔRES, 2008) e para teóricos da literatura que se interessem por examinar as relações entre modos de narração e produções literárias consideradas como exemplos de gêneros híbridos, envolvendo testemunhos e depoimentos (cf.: CARDOSO, 2011). Isso porque ler também implica reconstituir o que foi lido, e os testes utilizados para avaliar a memória são, de modo geral, pouco adequados ao tipo de tarefa envolvido na leitura de um livro, por exemplo. Qualquer leitor sabe que ao acabar a leitura, não se lembra do texto palavra por palavra e quando consegue fazê-lo, por ter decorado o texto, não se preocupa com o sentido, mas com a própria repetição. No primeiro caso, o leitor lembra-se apenas da essência do que foi lido, ou, então, em termos mais próximos dos de um professor de língua materna ou estrangeira, a pessoa se lembra do tema textual, de parte do enredo etc.

Sobre essa questão, as pesquisas a respeito das distorções da memória – versando sobre casos em que as recordações das experiências vividas não eram fiéis - permitiram focalizar um ângulo das investigações a respeito da memória como sendo basilar para esclarecer certos detalhes do estudo da leitura.

Para a questão problemática que se tem em vista, o que interessa em especial, é que há um conceito de memória que se relaciona estreitamente com o tipo de atividade mental requerido para tratar a questão da memória distorcida do tema de um texto. Esse tipo de recordação não diz respeito à memória de detalhes, não buscando a reprodução *ipsis litteris* das informações textuais.

A fim de configurar mais claramente a questão aqui pontuada, retoma-se a experiência de sala de aula. Seria interessante investigar por que alguns leitores acabam concluindo que o tema (conteúdo) de um texto é algo bem diferente daquilo que foi apreendido pelo grupo maior

de leitores. Nessas circunstâncias, parece que o texto que um dado leitor leu não foi o mesmo lido pelos demais. Seria simples demais dizer que o aluno X não prestou a atenção devida ao texto, até porque o fato se repete com certa frequência e nem sempre as pessoas envolvidas parecem estar desatentas. Além disso, nem tudo que é memorizado requer atenção focal porque, como já referido antes, há também memórias implícitas.

Por outro lado, relatos de docentes comprovam que o comportamento a que se alude não é tão errático e incomum, repetindo-se um bom número de vezes, sobretudo, entre alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio. Esses alunos reclamam dos professores, dizendo que estes não aceitam seu modo de interpretar, e justificam as interpretações feitas, arrazoando a respeito, nem sempre de forma caótica e desorganizada. Realmente, parecem ter entendido o texto de modo idiossincrático. Não seria esse tipo de situação decorrente de distorções da memória?

A partir desse questionamento, pode-se aventar a hipótese de que os alunos de que se fala distorçam suas lembranças, motivados por algum tipo de experiência anterior, emocionalmente marcante para eles, já que as falsas memórias (FM) podem até mesmo ser definidas como lembranças distorcidas (cf.: ROEDIGER, MC DERMOTT, 1995; STEIN, PERGHER, 2001), pois são memórias que vão além da experiência direta, incluindo interpretações ou inferências que, inclusive, podem contradizer a experiência (cf.: REYNA, LLOYD, 1997).

Enfim, em leitura, o fenômeno das Falsas Memórias é algo a ser averiguado. Ou seja, não basta afirmar que há limites para a interpretação (ECO, 2004, 2005b). Faz-se necessário, ainda, analisar o que acontece, quando alguém diz ter lido num texto que outros também

leram, certas informações que os demais não aceitam como correspondendo ao que consta no texto. A discrepância entre o que essa pessoa diz ter lido e aquilo que os demais asseguram ter lido é por vezes considerável, quando não chocante. A pergunta é, pois, a seguinte: em que a teoria pode contribuir para esclarecer esse problema de interpretação/compreensão leitora e auxiliar no seu manejo?

Referências

ALVARENGA, G. 2007. *Homem, animal de duas cabeças*. Disponível em: <www.galenoalvarenga.com.br>.

APEE D. PEDRO IV (s.d.). *Curiosidades do cérebro*. Disponível em: <<http://apeedpedroiv.no.sapo.pt/solucao.htm>>.

BADDELEY, A. 2000. The episodic buffer: a new component of working memory? *Trends in Cognitive Sciences*, 14 (11): 414-23.

BADDELEY, A.; ANDERSON, M. C.; EYSENCK, M. W. 2011. *Memória*. Tradução de Cornélia Stolting. Porto Alegre: Artmed.

BARTLETT, F. C. 1932. *Remembering: A study in experimental and social psychology*. London: Cambridge University Press.

CARDOSO, Rosane. 2011. Sobre a narrativa cubana contemporânea – o gênero “noir” de Leonardo Padura. *Revista UNILETRAS*, v. 33, n. 1, p. 113-126. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/article/view/3552/2535>>.

CRAIK, F. I. M.; LOCKHART, R. S. 1972. Levels of processing: A framework for memory research. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 11(6), p. 671-684.

DAMÁSIO, A. 2004. *Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos*. São Paulo: Companhia das Letras.

DELGADO BUSNELLO, R. H. 2010. Memória implícita, *priming* e falsas memórias. In: Lilian M. Stein e colaboradores. *Falsas Memórias: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas*. Porto Alegre: Artmed.

COUTO, R. C. de M. 2008. Memória, história e Neurociência(s): Algumas considerações. *Polêmica*. Seção Questões Contemporâneas, v. 7, n. 1, jan.-mar. Disponível em: <www.polemica.uerj.br>.

ECO, U. 2005a. *A misteriosa chama da rainha Loana*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Record.

_____. 2004. *Os limites da Interpretação*. Tradução de Pérola de Carvalho. 2. ed. São Paulo: Perspectiva.

_____. 2005b. *Interpretação e Superinterpretação*. Tradução de M.F. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

EYSENCK, M. W.; KEANE, M. T. 1994. *Psicologia Cognitiva – Um Manual Introductorio*. Tradução de Wagner Gesser e Maria Helena Fenalti Gesser. Porto Alegre: Artes Médicas.

FLÔRES, O. C. 2008. Leitura, memória e texto poético. *Signo*. Santa Cruz do Sul, v. 33, n.55, p. 166-181, jul.- dez. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/index>>.

IZQUIERDO, I. 2002. *Memória*. Porto Alegre: Artmed.

JELIN, E. 2012. *Los trabajos de la memoria*. 2. ed. Lima: Instituto de Estudios Peruanos (IEP).

LENT, R. 2004. *Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais da Neurociência*. São Paulo: Atheneu.

MELLO, C.B.; XAVIER, G.F. 2005. Desenvolvimento da memória: influências do conhecimento de base e do uso de estratégias. In: C.B. Mello; M. C. Miranda; M. Muskat (Orgs.) *Neuropsicologia do desenvolvimento: conceitos e abordagens*. São Paulo: Memnon.

REYNA, V. F.; BRAINERD, C.J. 1995. Fuzzy-trace theory: An interim synthesis. *Learning and Individual Differences* 7: 1-75.

_____. 2011. Dual processes in decision making and developmental neuroscience: A fuzzy-trace model. *Developmental Review* 31(2): 180-206.

REYNA, V. F.; LLOYD, F. 1997. Theories of false memory in children and adults. *Learning and Individual Differences* 9, 95-123.

RICOEUR, P. 1999. *La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido*. Espanha: Universidade Autónoma de Madrid, Arrecife.

ROEDIGER, H. L.; McDERMOTT, K. B. 1995. Creating false memories: Remembering words not presented on lists. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 21, 803-814.

ROEDIGER, H. L.; McDERMOTT, K. B. 2000. Distortions of memory. In: E. Tulving e F. I. M. Craik. *The Oxford Handbook of Memory*. Oxford, England: Oxford University Press.

TELES DA SILVEIRA, R. A. 2007. *Desafios Contemporâneos para o Estudo da Memória*. Mimeo.

TULVING, E. 1972. Episodic and semantic memory. In: E. Tulving e W. Donaldson (Eds.) *Organization of memory*. London: Academic Press.

_____. 1983. *Elements of episodic memory*. Oxford: Oxford University Press.

SMITH, F. 1999. *Leitura Significativa*. Tradução de Beatriz Affonso Neves. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas.

- SMOLKA, A.L.B. 2000. A memória em questão: uma perspectiva histórico cultural. *Educação e Sociedade*, n. 71. Campinas: CEDES/Unicamp, pp. 166-193.
- SQUIRE, L. R.; KANDEL, E. R. 2003. *Memória: da mente às moléculas*. Porto Alegre: Artmed.
- STEIN, L. M et al. 2010. *Falsas Memórias: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas*. Porto Alegre: Artmed.
- STEIN, L. M.; NEUFELD, C. B. 2001. Falsas memórias: Por que lembramos de coisas que não aconteceram? *Arquivos de Ciências da Saúde* 5(2), 179-186.
- STEIN, L. M.; PERGHER, G. K. 2001. Criando falsas memórias em adultos por meio de palavras associadas. *Psicologia: Reflexão e Crítica* 14(2), 353-366.
- STERN, S. 2002. De la memoria suelta a la memoria emblemática: Hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998). In: E. Jelin (comp.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "in-felices"*. Madrid: Siglo XXI de España Editores.
- STERNBERG, R. J. 2000. *Psicologia cognitiva*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- VYGOTSKY, L. S. 2000. El problema del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. In: VIGOTSKY, L. S. *Problemas del desarrollo de la psique. Obras Escogidas*, vol. III. Madrid: Visor.